

**SOBRE O QUE HÁ NA PERCEPÇÃO:
RESENHA DO LIVRO *SEEING THINGS AS THEY ARE*
(OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2015), DE JOHN R.
SEARLE**

João Paulo M. de Araujo¹

ORCID iD: [0000-0002-8169-4053](https://orcid.org/0000-0002-8169-4053)

O último livro do filósofo norte-americano John R. Searle representa um novo fôlego em sua filosofia da percepção, além de uma postura que de antemão podemos considerar idiossincrática nos debates contemporâneos dessa disciplina. Um novo fôlego porque o livro é considerado por ele como uma versão ampliada e revisada daquelas reflexões presentes no segundo capítulo de seu clássico *Intencionalidade* (1983). Segundo essa caracterização, ele afirmou que em *Intencionalidade* “havia algumas obscuridades e lacunas em minha explicação” (SEARLE, 2015, p. 5). Por outro lado, podemos considerar sua postura idiossincrática porque sua explicação em torno de como funciona o fenômeno da intencionalidade perceptual não pode ser considerado nem uma teoria disjuntivista da percepção, que endossa um tipo de realismo ingênuo (*naïve*), nem tampouco uma teoria representacional intencionalista da percepção. Em outras palavras, Searle estaria propondo uma terceira via na qual defende um tipo de realismo direto que se compromete com uma explicação intencional tomando como base uma teoria causal da percepção.

Durante todo o livro podemos notar seu emblemático estilo filosófico, dotado de clareza e objetividade, com o qual ele apresenta seus argumentos. Com descrições intuitivas, seu poder explicativo cria no leitor uma espécie de feitiço da linguagem capaz de, ao final da leitura, deixar-nos convencidos, em grande parte pelos argumentos ali expostos. Tudo parece se encaixar perfeitamente. A simples afirmação de que percebemos as coisas diretamente revela-se, na explicação de Searle, um truísmo. Contudo, a prática filosófica exige de nós não apenas a reflexão, mas também a repetição das leituras. É justamente nas subseqüentes leituras que o feitiço começa a ser quebrado e o “diabo da dúvida” é revelado nas entrelinhas do argumento.

¹ Doutor em Filosofia pelo Programa de Doutorado Interinstitucional UFPB-UFPE-UFRN e Professor Substituto na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: joapaulo-araujo@outlook.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6322631918437131>.

Em oito capítulos, Searle consegue apresentar sua elegante teoria da percepção. Em especial, os capítulos quatro e cinco são centrais à sua teoria, uma vez que é através deles que ele descreve como o fenômeno da intencionalidade perceptual funciona. Todavia, nos demais capítulos, a discussão é estendida para o campo das teorias clássicas da percepção, do disjuntivismo e até mesmo da percepção inconsciente. No mais autêntico estilo searleano, antes de apresentar sua teoria, ele lança mão de um conjunto de argumentos com a finalidade de descredenciar filosoficamente as explicações clássicas e contemporâneas em torno do que significa perceber. Inicialmente, a imagem utilizada é sintetizada pelo termo “*bad argument*”.

O *bad argument* é definido por Searle como uma visão filosófica errônea, segundo a qual “nós nunca percebemos diretamente objetos e estados de coisas no mundo, mas percebemos diretamente apenas experiências subjetivas” (SEARLE, 2015, p. 11). Com esta caracterização, Searle prepara o terreno para sua teoria da percepção, através da qual afirma que nossa percepção é intencional e percebemos os objetos e estados de coisas diretamente. Como o próprio título de sua obra sugere, nós vemos as coisas como elas são. Mas aqui cabe a seguinte pergunta: em que medida vemos as coisas como elas são? Esta pergunta revela um dos aspectos mais problemáticos em sua defesa do realismo direto intencional. São muitas as nuances e detalhes envolvidos na explicação searleana da percepção ao longo do livro, entretanto, tentarei comentar nesta resenha algumas características centrais do fenômeno perceptual em sua teoria.

O que é percepção e quais os seus objetos? Tendo em mente esta pergunta, podemos entender o que Searle concebe como percepção. Em sua teoria, ele realiza uma importante distinção entre conteúdo e objeto para casos perceptuais. Segundo Searle, muitos dos erros (*bad arguments*) cometidos pelos filósofos ao longo dos séculos repousam sobre o erro de confundir o conteúdo da percepção com o objeto da percepção. Para elucidar este ponto, Searle usa como exemplo três casos perceptuais: a percepção verídica, a ilusão e a alucinação.

Na percepção verídica qualquer objeto do mundo externo tem o poder de causar em meu campo visual a percepção deste mesmo objeto. Se eu vejo uma árvore diante de mim, a árvore é o objeto cuja existência independe de minha mente, de modo que este objeto cria em meu campo visual um conteúdo, o qual na visão de Searle é considerado um conteúdo intencional. Assim, o que garante uma percepção verídica são as condições de satisfação de um dado objeto ou estado de coisas no mundo. Dito de outra maneira, “a percepção visual de uma cena verídica contém dois fenômenos distintos: um estado de coisas ontologicamente objetivo fora de sua cabeça e uma experiência visual ontologicamente subjetiva totalmente dentro de sua cabeça”

(SEARLE, 2015, p. 17). Há uma transparência que revela uma relação intrínseca entre meu estado mental perceptual e os objetos do mundo externo.

De acordo com Searle, essa transparência foi usada enganosamente pelos filósofos como um argumento “*contra* a intencionalidade da percepção quando na verdade ele é um poderoso argumento *a favor*” (SEARLE, 2015, p. 59). A ideia por trás da caracterização searleana da transparência é que, ao tentarmos descrever nossas experiências perceptuais verdadeiras e subjetivas, nós o faríamos praticamente usando as mesmas palavras que usaríamos ao descrever uma cena do mundo objetivo, pois nossa experiência perceptual, se satisfeita, não passaria da apresentação de um determinado estado de coisas no mundo.

Na ilusão, assim como no caso verdadeiro, existem um objeto intencional e um conteúdo intencional. Entretanto, o conteúdo intencional se apresenta de maneira distorcida ou ilusória em relação ao objeto intencional. Por exemplo, eu posso ter uma experiência visual de perceber uma cobra enrolada num galho de árvore, quando na verdade tratava-se apenas de uma espécie de cipó que, por alguma razão, contribuiu para minha ilusão. Para os casos ilusórios, as condições de satisfação da percepção podem ser corrigidas passando de ilusões a percepções verdadeiras, como, por exemplo, a ilusão do bastão que dobra na água, ou o fenômeno da visão dupla apresentado por Hume.

Segundo Searle, esses exemplos revelam uma incongruência no modo como o fenômeno perceptual é explicado tanto por alguns filósofos modernos, como Hume, Berkeley, Descartes, quanto por contemporâneos, como Ayer, os quais defendem uma teoria perceptual com base nos dados dos sentidos (argumento da ilusão). Além disso, Searle chama a atenção para as percepções em torno do fenômeno do “ver-como” (*seeing-as*) ou da “forma aspectual” (*aspectual shape*), embora nestes casos não faça sentido relacioná-los ao contexto do erro e do engano em torno de uma percepção verdadeira.

No que concerne aos casos alucinatorios, de acordo com Searle, não há objeto, apenas conteúdo. Eu posso ter uma experiência visual alucinatoria de uma árvore quando na verdade não existe nenhuma árvore, tampouco algo que se assemelhasse a uma árvore, para criar uma ilusão perceptual. Neste caso, eu tenho um conteúdo da experiência sem um objeto no mundo externo responsável por causar esta experiência visual. Segundo Searle (2015, p. 19), na alucinação, “os processos internos no cérebro são suficientes para produzir uma experiência visual que é do tipo idêntico a uma experiência visual produzida por um estímulo externo”.

Ainda assim, Searle endossa a tese de que há um elemento comum entre o conteúdo intencional de uma experiência verdadeira e o conteúdo intencional de uma alucinação. Para o

filósofo estadunidense, ambos compartilham de uma mesma fenomenologia, embora no primeiro caso exista um objeto da percepção e no segundo não. É neste ponto que o realismo direto de Searle se diferencia do tipo de realismo direto ingênuo das discussões disjuntivistas da percepção, pois, como afirma Souteriou (2016, p. 83-4), “aqueles que adotam essa postura disjuntivista negam que alucinações e percepções genuínas tenham o mesmo caráter consciente”. Nesse sentido, a afirmação de Searle de que uma fenomenologia da alucinação e uma da percepção verídica compartilham um elemento comum torna-se problemática para a sua defesa de um realismo direto, na medida em que abre margem para uma interpretação representacional de sua teoria.

Vimos que Searle só considera casos genuínos de percepção aqueles cujo conteúdo intencional é instanciado em alguma medida por um objeto intencional do mundo real. Consequentemente, casos alucinatorios não são casos genuínos de percepção, dado que não existe objeto da percepção. Então, o que é visto na alucinação? Nada? É justamente esta a resposta de Searle. Seria errôneo, em sua visão, tomar o conteúdo de uma experiência visual alucinatoria como objeto da percepção. Quando assim o fazemos estamos incorrendo em um *bad argument*. É neste ponto que Searle delimita o que é percepção. Em sua distinção entre aquilo que em seu livro ele chama de campo visual subjetivo e objetivo, ele afirma que, “no campo visual objetivo, tudo é visto ou pode ser visto; no campo visual subjetivo, nada é visto nem pode ser visto” (SEARLE, 2015, p. 106).

Ora, para Searle, o que define o campo visual objetivo é um conjunto de objetos e estados de coisas no mundo que se tornam visíveis por meio de uma relação causal: objetos do mundo externo têm o poder de causar em nós percepções diversas. Como exposto acima, em casos de alucinação, não há objeto da percepção, haja vista que “a experiência visual é o conteúdo e não o objeto da percepção” (SEARLE, 2015, p. 173). Logo, fica claro que o ver (*seeing*) para Searle só é possível se houver um objeto, sendo este último o que garante a percepção.

Isso não significa que “as entidades no campo visual subjetivo são invisíveis, mas sim que sua existência é o ver dos objetos no campo visual objetivo” (SEARLE, 2015, p. 107). A ideia por trás da explicação de Searle é que, quando vemos alguma coisa, não vemos o “ver da coisa” que, segundo Searle, seria o campo visual subjetivo. Quando pensamos que as entidades do campo visual subjetivo são elas mesmas vistas, estamos mais uma vez, segundo a teoria de Searle, incorrendo numa forma de *bad argument*. Penso que este ponto é bastante problemático e merece uma atenção mais cuidadosa, para além do que o presente texto pode oferecer.

Por fim, no que concerne ao modo como a intencionalidade perceptual funciona, Searle desenvolve em seu livro uma minuciosa trama explicativa que envolve algumas noções já presentes em *Intencionalidade* (1983). Apesar de fazer uso de um amplo escopo conceitual, Searle (2015, p. 100) reconhece que “as relações entre fenomenologia e intencionalidade são bastante complexas”. Em sua descrição, a percepção visual possui uma estrutura hierárquica rica em conteúdo intencional. Dentro desta estrutura hierárquica, teríamos a noção de características básicas da percepção, que podem aqui ser traduzidas por cores e formas.

Entretanto, quando percebo um objeto no mundo natural, como um carro, eu não percebo apenas sua cor e forma. Dada a riqueza do conteúdo intencional da percepção, e para além de uma básica descrição em termos de cores e formas, eu percebo um carro de determinado modelo com determinadas características (muitas vezes acidentais), que, por seu turno, poderia ser reconhecido como o meu próprio carro, diferenciando-o de outros carros cujo modelo pudesse ser idêntico ao meu. Em outras palavras, a intencionalidade perceptual da experiência pode assumir uma configuração extremamente rica e sofisticada no mero ato de perceber algo. Por mais complexa que seja uma percepção, ela repousa em um *background* de características básicas da percepção. Esse ponto da discussão envolve o *problema da particularidade*, no qual as primeiras reflexões Searle já haviam ensaiado em 1983.

Em conclusão, apesar dos problemas que se encontram nas entrelinhas de sua teoria, o livro de Searle continua sendo um expressivo trabalho, cujos rigor, clareza, cuidado e relação com outros temas de sua filosofia permanecem vivos, mostrando que ele possui um lugar de destaque na filosofia contemporânea. A leitura do seu livro pode ser considerada uma porta de entrada àqueles que estão desejando se aventurar nessas discussões e pretendem ter um contato com a filosofia da percepção.

Referências

SEARLE, J. *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge University Press, 1983.

SEARLE, J. *Seeing Things As They Are: A Theory of Perception*. Oxford University Press, 2015.

SOTERIOU, M. *Disjunctivism*. New York. Routledge, 2016.